

Constituinte rejeita mandato-tampão para a prefeitura

Que volte o mero bom senso

L.G. NASCIMENTO SILVA

Enfim, parece que houve uma muito ligeira guinada na Constituinte com relação ao anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, que já comentei em artigo anterior. Antes assim. O anteprojeto assegurava aos trabalhadores trinta e quatro direitos, "além de outros que visem à melhoria de sua condição social", fórmula esdrúxula que não poderia figurar em uma Constituição. Agora o anteprojeto parece escoimado de alguns de seus barbarismos.

Como meu leitor, se atento, deve concordar, criticava eu o restabelecimento do instituto da estabilidade do mesmo passo em que se mantém o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Ora, esse Fundo fora criado exatamente para conceder ao trabalhador despedido a mesma indenização a que teria ele direito no caso de despedida injustificada.

Agora o relator da Comissão de Ordem Social, Senador Almir Gabriel, não mais inclui entre os direitos do trabalhador o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Isso significará, porém, que ficará extinto esse direito? Não é bem assim. Ele deixa apenas de constituir uma garantia constitucional, mas como o Fundo fora criado por uma lei ordinária, ele subsistirá até que uma outra lei ordinária — ou a própria Constituição — expressamente o extinga. E os empregadores continuarão a arcar com os pesados ônus de atender a esse recolhimento, e ainda o de terem seus empregados estabilizados.

O maior malefício, porém, que o anteprojeto pode fazer à economia nacional e à harmonia social está no restabelecimento do instituto da estabilidade, aprovando-o com a absurda fixação de sua vigência, como "desde a admissão no emprego". A estabilidade agora imposta por preceito constitucional, o que a torna de difícil e longa revogação, constituirá um retrocesso nas relações entre empregados e empregadores e na busca de uma melhor harmonia social.

Manteve ainda o relator a redução de jornada de trabalho para 40 horas semanais, ao invés das atuais 48 horas. Não há dúvida: o País deve estar fabulosamente próspero para poder reduzir tão significativamente sua jornada de trabalho!

Mas, onde o anteprojeto é pródigo, nababescamente pródigo, é no tocante aos múltiplos aumentos salariais, diretos e indiretos, como de um "salário mínimo real" — haverá, porém, um "salário mínimo irreal", que é isso? —

mais um salário-família, majorado em 20% para cada filho menor de 14 anos, ou ainda para os menores de 21 anos, assim como à cônjuge, que não tenham emprego, e mais décimo terceiro salário, e mais participação direta nos lucros ou no faturamento da empresa, e por aí vai o generoso anteprojeto.

Nossa Constituição vigente já assegura, em seu artigo 165, os direitos essenciais aos trabalhadores "além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social". Essa enumeração de 21 itens abrange os diversos direitos que devem constituir o amparo trabalhista e previdenciário que se deve garantir ao trabalhador. A legislação ordinária caberá regulamentar tais direitos, e ampliá-los, logo que novas condições tornem conveniente essa ampliação. Não se vê, pois, por que se pretenda dar uma extensão maior aos direitos dos trabalhadores, além dos já consagrados na Constituição vigente.

E, principalmente, não alargá-los perigosamente. Veja-se, por exemplo, o que sucede com o direito de greve. A Constituição atual, no item XXI do art. 165, assegura o direito de "greve, salvo o disposto no artigo 162". E o artigo 162 ressalva que "não será permitida greve nos serviços públicos e atividades essenciais, definidas por lei". Que é que propõe agora o anteprojeto? Que se assegure o direito de "greve que não poderá sofrer restrições na legislação, sendo vedado às autoridades públicas, inclusive judiciárias, qualquer tipo de intervenção que possa limitar esse direito; é proibido o locaute".

Assim, a modificação proposta visa a admitir a greve nos serviços públicos, assim como nas atividades essenciais definidas em lei. Ora, os serviços públicos, por sua própria natureza e por sua essencialidade à vida da população, assim como os julgados como tal pelo Legislativo, se for aprovado o texto proposto, passarão a sofrer longas paralisações com prejuízo geral para a população, sem que as autoridades públicas, inclusive as judiciárias, possam intervir para sua cassação! É um contra-senso visível e que concorrerá, não para a harmonia social, mas, ao contrário, para a desordem, para o caos.

Enquanto isso, os constituintes não incorporam ao novo texto constitucional os vinte e um artigos que a atual Constituição assegura aos trabalhadores, referindo-se apenas a alguns deles!

Que volte a prevalecer o bom senso. É o que se espera dos constituintes.

BRASÍLIA — Por 35 votos contra 11, Comissão de Organização Partidária rejeitou ontem à noite a proposta de seu Relator, Deputado Prisco Vianna (PMDB-BA), de fixar mandato-tampão de dois anos para os prefeitos a serem eleitos em 1988. Quando foi encerrada a sessão de votação, por falta de quorum, parlamentares que votaram contra o mandato-tampão dos prefeitos tentavam evitar que seja votada, na Comissão, a proposta de fixar em cinco anos o mandato do Presidente Sarney. Alegavam incompetência da Comissão.

O encerramento da sessão foi produzido por um esvaziamento que teve como causa a notícia de que a esposa do Presidente da Comissão, Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), estava em delicado estado de saúde. Assim a Comissão de Organização Eleitoral tornou-se uma das quatro a encerrar, sem ter concluído a votação, um dia tenso vivido no Congresso.

Estavam inquietos os trabalhadores e surpresos os políticos ao chegarem, na manhã de ontem, à sede da Assembleia Constituinte: a iminência de mais um pacote econômico deslocou para a crise nacional as atenções de populares e parlamentares, que se preparavam para o primeiro dia de votação das comissões temáticas.

O primeiro sinal de inquietação dos trabalhadores se revelou na Comissão de Ordem Social, que trabalhava numa sala superlotada de sin-

dicalistas. O novo pacote e, especialmente, a nova regra de reajuste de preços e salários era assunto de todos, ao lado do questionamento sobre o texto do substitutivo do Relator, Senador Almir Gabriel.

A perplexidade dos políticos era especialmente notada no gabinete do Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas. Nem Covas nem seu frequente parceiro Richa conheciam o conteúdo do novo plano e a

decisão do Governo de colocá-lo imediatamente em prática.

Vencida a surpresa, mas ainda mantidas as dúvidas sobre o que o Governo estava prestes a por em prática, a tarde começou sem qualquer votação nas comissões da Constituinte. Como anunciavam na noite de quinta-feira os funcionários do Centro de Processamento de Dados do Senado — Prodasen —, o acúmulo de trabalho determinou atraso na distribuição aos parlamentares das cópias dos anteprojetos dos relatores. A lenta distribuição dos documentos, aliada às discussões regimentais, às substituições de última hora de titulares das comissões — por conveniência política — e ao atraso de alguns relatores, retardaram muito o início do processo de votação.

Exceção ocorreu na Comissão de Organização do Estado. A votação do relatório do Senador José Richa (PMDB-PS) começou quase na hora marcada — 15 horas — e dali surgiu a primeira decisão da Constituinte em nível de comissões: articulada, a maioria aprovou, contra o relatório de Richa, a criação de novos Estados. Outra decisão tomada à tarde: a maioria da Comissão de Organização Eleitoral e Partidária rejeitou o dispositivo que pretendia permitir candidatura a mais de um cargo eletivo — a chamada candidatura dupla.

Em mais duas decisões, a Comissão de Ordem Social e a Comissão de Organização dos Poderes e Sistema e Governo adiou para hoje o início da votação dos anteprojetos de seus relatores.

O Relator da Comissão de Organização dos Poderes, Egidio Ferreira Lima, foi o autor de uma das grandes surpresas da sexta-feira: contrariando disposição que ele próprio anunciara e a expectativa generalizada na Comissão, preferiu manter

inalterada sua proposta original sobre o sistema de Governo.

Outra surpresa foi produzida, especialmente para os "moderados" pelo Relator da Comissão de Ordem Econômica, Senador Severo Gomes. O texto de seu relatório final não atendeu a expectativa daquela corrente — uma das razões para que o início da votação ocorresse apenas às 23 h.

O que não surpreendeu foi o confronto, mantido especialmente a partir da tarde, entre trabalhadores rurais e proprietários de terras. O primeiro palco foi o Salão Verde da Câmara. Os dois grupos se defrontaram ali durante a tarde.

À noite, para evitar a repetição do tumulto ocorrido à tarde, a segurança dividiu as galerias da Câmara meio a meio. À direita ficou a UDR e à esquerda a Contag.

Na entrada das galerias, os homens eram revistados pelos agentes de segurança, enquanto as mulheres eram obrigadas a passar pela porta que detecta o porte de metais, instalada no ano passado. Por volta de 20h30m as galerias começaram a ser ocupadas.

A exemplo do que ocorre em estádios de futebol, as duas torcidas eram separadas por alguns agentes de segurança. Ainda assim, o temor de novos episódios violentos persistia. No início da noite, o assessor parlamentar do Ministério da Marinha, José Paulo Riguffi, advertia para os riscos:

— Se eu fosse o Doutor Ulysses não abria as galerias ao público — ponderou.

Ao contrário do que informaram os líderes da UDR, no final da tarde, de que haviam recebido apenas 38 senhas, quando a lotação das galerias do plenário da Câmara é de 935 lugares, à noite o grupo estava em larga maioria. Os vistosos gaúchos, entretanto, voltaram a Câmara em traje esporte, deixando de lado as "pilchas".



Ulysses: preocupação de ontem era o pacote



Os trabalhadores sem-terra e os fazendeiros da UDR trocam empurrões no Congresso e gaúchos vestindo roupas típicas passeiam antes da votação



Fotos de Gilberto Alves

No Salão Verde, UDR e Contag se enfrentam

BRASÍLIA — O Salão Verde da Câmara dos Deputados foi palco, ontem, do segundo conflito direto de classes na Assembleia Constituinte: de um lado, os trabalhadores sem-terra, organizados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Contag; de outro, os proprietários aglutinados pela União Democrática Ruralista, a UDR. Eles se enfrentaram antes na votação da Subcomissão de Política Agrária.

— Quem pensava que não ia haver luta de classes na Constituinte, vai ver hoje — previu o Deputado Luiz Inácio Lula da Silva, ao deixar o Gabinete da liderança do PMDB.

A luta entre as facções que buscam influenciar pela pressão os parlamentares da Comissão de Ordem Econômica, que também trata da reforma agrária, começou por volta de 15h30m, quando os sem-terra resolveram dirigir-se em bloco à sala da Comissão, no Senado, e foram bloqueados pela UDR. Durante meia hora houve tensão, nervosismo e medo de que houvesse uma briga generalizada entre populares, sem precedentes no Congresso.

Escorando uns aos outros, fazendeiros e sem-terra empurravam-se violentamente, lutando por cada pal-

mo do Salão Verde, local onde, em condições normais, transitam deputados e senadores envolvidos em conversas de bastidores e articulações. No final da disputa, estimulada por gritos de ambos os lados, apareceu um ferido: José Pereira de Andrade, da UDR de São Paulo, que deslocou a cartilagem das costelas e teve que ser atendido no Hospital Santa Lúcia, no centro de Brasília.

Prevedendo a hipótese de um conflito entre os dois grupos organizados, o serviço de segurança da Câmara preparou bem cedo o que seria o campo de batalha: para preservar o patrimônio do Legislativo, foram retiradas todas as poltronas do Salão Verde.

Seis horas antes da reunião da Comissão de Ordem Econômica, os ânimos já estavam bastante acirrados no plenário da Câmara. As 14h, centenas de trabalhadores rurais reuniram-se no centro do Salão Verde e começaram a cantar e gritar palavras de ordem. A uma distância de 10 metros, aproximadamente, 39 gaúchos vestidos em trajes típicos assistiam a manifestação meio desconfiados. Pelo visual diferente — usavam botas, bombachas e lenços coloridos — pouco comuns no Planalto Central —

os gaúchos aglutinavam em torno de si os integrantes da UDR de outros Estados. "Estamos usando nossa roupa de festa e de guerra", justificou Olavo Maciel, 62 anos, proprietário de 1,8 mil hectares de terra em Santana do Livramento, quase na fronteira com a Argentina, argumentando que os 39 gaúchos da UDR tinham vindo a Brasília por "entenderem melhor do que os parlamentares os interesses da classe".

Do outro lado, enquanto a briga não começava, o baiano Manoel Rezende, 73 anos, 40 descendentes entre filhos e netos, dava uma ideia clara da disposição dos sem-terra de lutar pela reforma agrária.

— Os ganhos não dão para nada, com o custo de vida do jeito que está. Se esse sacrifício não valer para mim, vai valer para os meus filhos e netos.

Com o nível de tensão aumentando pela proximidade dos dois grupos, os liderados da CONTAG começaram uma operação intimidatória, tentando desalojar o contingente da UDR, confinado entre a escada que dá acesso ao subsolo da Câmara e a porta do Salão Negro.

"Um, dois, três UDR no xadrez". "A luta vai ser difícil, mas na lei ou

na marra a gente ganha". Estas eram as principais palavras de ordem cantadas pelo pessoal da CONTAG, enquanto circulavam cada vez mais próximos dos gaúchos que marcavam a presença da UDR. Inicialmente, os gaúchos apenas ironizavam o protesto dos sem-terra. Contudo, à medida que as provocações aumentavam, os liderados de Ronaldo Caiado, Presidente nacional da UDR, passaram a responder, fazendo trocadilhos com as palavras de ordem do inimigo. "Um, dois, três, comunista no xadrez", gritavam parafraseando os sem-terra.

Por volta das 16h terminou o que se poderia chamar de primeiro assalto à luta entre o pessoal da Contag e a UDR, com a vitória, aparente, do primeiro grupo. No entanto, acredita-se que novas lutas virão e, mais uma vez, poderá haver conflito. Enquanto a Contag não soube precisar quantas pessoas simpáticas à sua causa vieram à Brasília, a UDR acredita ter reunido aproximadamente 1.800. Alguns deputados ficaram mais tranquilos quando o conflito acabou e é possível que o serviço de segurança, atendendo aos deputados, aumente seu efetivo durante as votações.

Sem acordo, 'moderados' ameaçam derrubar o anteprojeto de Bisol

BRASÍLIA — A Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher iniciou sua votação, na noite de ontem, sob a ameaça do grupo "moderado" de derrubar o anteprojeto do Relator, Senador José Bisol (PMDB-RS). Depois de uma tentativa malograda de acordo entre "progressistas" e "moderados", o Presidente da Comissão, Deputado Mário Assad (PFL-MG), decidiu-se pela votação em bloco do relatório, ressaltando os destaques para, um a um, serem votados depois. Os "moderados" queriam votar primeiro os destaques para privilegiar suas posições.

Da tentativa de acordo, que consumiu quase duas horas de conversações, participaram o Presidente e o Relator da Comissão, o Deputado Maguito Vilela (PMDB-GO) representando os "progressistas" e o Deputado José Mendonça de Moraes (PMDB-MG) do lado dos "moderados". Além da mudança no processo de votação, estava na pauta de nego-

ciações a retirada de alguns pedidos de destaque. Ao todo foram apresentados 350, sendo mais de 40 de Mendonça de Moraes.

— Vamos passar mais de uma semana votando, argumentou o Presidente.

— Estamos disposto a discutir tudo e ficar o tempo que for necessário — rebateu Mendonça.

Dois horas antes do início da votação, prevista para as 20h30m, "moderados" e "progressistas" percorriam os corredores do Congresso cabalando votos. A intenção dos "moderados" era garantir 32 votos para rejeitar o anteprojeto através da maioria absoluta ou obstruir a votação por falta de quorum. Diante dessas duas possibilidades, José Bisol foi incisivo:

— Eles não querem que o projeto seja votado e se isso acontecer eu o apresento sozinho, conforme o que sinto e penso. Vou até o Supremo, se necessário.

Depois da rodada de negociações, mais tranquilo mas dizendo-se muito

cansado, Bisol prometeu que no caso de obstrução remeteria seu anteprojeto, as emendas e pedidos de destaque ao Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, para que ele decidisse.

O Presidente da Comissão, Mário Assad, amparou sua decisão de não modificar o processo de votação em consulta feita ao Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, no último dia 9. Segundo Ulysses, o quorum para votação de natureza constitucional é de maioria absoluta. Ainda de acordo com ele, o Presidente de determinada Comissão deve submeter à votação todo o anteprojeto, ressaltados os destaques, que, ao serem depois votados, ficarão prejudicados se não atingirem a maioria absoluta. Nesse caso, explica Ulysses, mantem-se o dispositivo ao qual o destaque procurava substituir. Os "moderados" queriam colocar toda a matéria principal em votação quando o destaque não fosse aprovado.